



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 067

**POLÍTICA AGRÁRIA BRASILEIRA NA TRANSFORMAÇÃO
DO ESPAÇO DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA:
O EXEMPLO DE RONDÔNIA**

Francisco Romualdo de Souza Filho

Belém, Setembro de 1996

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 067

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

POLÍTICA AGRÁRIA BRASILEIRA NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA: O EXEMPLO DE RONDÔNIA¹

Francisco Romualdo de Sousa Filho

Resumo:

O presente ensaio, embora um produto não acabado, tem duplo objetivo. Primeiro, apresentar o papel da política agrária dos governos do regime autoritário-militar (1964-1985) na transformação do espaço da fronteira na Amazônia, de modo particular o de Rondônia. Segundo, mostrar que o formidável fluxo migratório de famílias para Rondônia, dentro do plano de ação do Estado com relação à ocupação de “novas terras”, no período de 1964 a 1985, criou um novo espaço para reprodução da economia da agricultura familiar de outras regiões do País, com novas formas de exploração na fronteira agrícola desse estado. Para acompanhar a evolução de tal processo foram utilizadas duas ordens de fontes de informações. De um lado, as fontes disponíveis, na literatura especializada, que tratam da trajetória da política agrária no Brasil, nesta segunda metade do século, e dos programas de colonização e assentamentos, após 1964, na fronteira da Amazônia. De outro, as estatísticas oficiais do IBGE, as quais cobrem o período pós 60. Estas duas ordens de fontes permitiu-me compor uma base de informações para *explicar* as transformações ocorridas no espaço da fronteira e para *tratar*, em nível de considerações “especulativas” sobre “êxito” da agricultura familiar na fronteira da Amazônia Ocidental.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Política Agrária. Colonização. Fronteira

¹ Trabalho apresentado no III Encontro de Pesquisadores da Amazônia, realizado no período de 15 a 17 de outubro de 1996, na Universidade Federal de Rondônia - UFRO, em Porto Velho (RO).

1. Ao Modo de Introdução.

As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, desde meados da década dos cinquenta, têm se caracterizado por profundas mudanças na estrutura de suas relações agrárias. Este fenômeno esteve, de certa forma, conjugado à conformação de um modelo de desenvolvimento, de "inspiração" cepalina, que buscava conjugar à industrialização com uma tentativa de projeto social, até o surgimento do padrão de desenvolvimento implementado pelo regime "nacional-militarista", que se impôs após a queda do governo civil em 1964 (LEITE, 1995).

O debate cepalino prevalecente durante a década dos cinquenta e início dos anos sessenta², que veio a nortear o padrão "nacional desenvolvimentista", visualizava a estrutura fundiária concentrada como um dos entraves ao processo de desenvolvimento -- compreendido como a industrialização feita via o modo de substituição de importações. A reforma agrária, nesta perspectiva, era vista como medida necessária para superar o modelo da "agricultura tradicional", levando à agricultura a assumir, num contexto de urbanização que toma corpo, suas "clássicas funções" na dilatação do capitalismo nacional -- transferência de recursos humanos, geração de divisas, abastecimento de alimentos e matérias-primas e formação de um mercado consumidor (CASTRO, 1972).

Entretanto, um conjunto de políticas (agrícolas e agrárias) e processos referentes ao agro e implantadas em seguida ao golpe, levou a transformação do espaço agrário, por um lado, via ao que convencionou-se chamar por "modernização dolorosa", "modernização conservadora" ou simplesmente "modernização da agricultura", centrado no crédito rural subsidiado, chegando até o estrangulamento deste padrão, em meados da década dos oitenta. E, por outro lado, concomitantemente à implantação dessa política de "modernização excludente"³, o regime autoritário-militar veio a se definir por uma política agrária voltada para colonização de "novas terras", centrada no Estatuto da Terra, que vai se caracterizar, como bem descrever TAVARES DOS SANTOS (1988 e 1995⁴) como o momento da "Colonização Contra a Reforma Agrária", no período de 1965 a 1984⁵.

² Com relação à essa temática, ver, por exemplo, os estudos de ASTORI (1995) e VASSALLO (1993).

³ Existe, no Brasil, uma vasta literatura sobre a modernização da agricultura e os instrumentos empregados para efetuar-la, que resulta sumamente difícil enumerá-la. Entretanto, vou, aqui, relacionar alguns trabalhos que trazem uma boa sistematização sobre o tema e/ou merecem igual destaque pela sua importância ao debate. São eles: GRAZIANO DA SILVA (1981, 1982, 1982a, 1987 e 1989); GRAZIANO DA SILVA et al. (1989); GRAZIANO DA SILVA & KAGEYAMA (1989); HOFFMANN (1982, 1982a, 1987 e 1990); HOFFMANN & KAGEYAMA (1985); HOFFMAN & KASSOUF (1989); KAGEYAMA & GRAZIANO DA SILVA (1983); MOREIRA (1982) DELGADO (1985); MÜLLER (1982, 1985 e 1988); RIBEIRO (1983 e 1988); SZMRECSÁNYI (1983); SORJ (1986); GRAZIANO NETO (1986); SAMPAIO & GRAZIANO DA SILVA (1987/88); REZENDE LOPES (1989); MARTINE (1989); PALMEIRA (1989); REZENDE (1989); GOLDIN & REZENDE (1993).

⁴ O autor sistematizou, para o período contemporâneo, quatro ciclos de colonização, obedecendo principalmente as políticas de ocupação de novas terras no território brasileiro. O primeiro ciclo, de 1930 a 1945, é caracterizado como o

Assim sendo, os governos militares que se seguiram ao golpe de 1964, ao se definirem pela colonização e a privilegiarem, não só encontraram uma forma alternativa e facilitada para não-execução da reforma agrária, como passaram a identificar na colonização a única, e grande, solução para a questão agrária. Com esta visão, e dado o fato da existência de terras devolutas, que atenderiam à “população excedente”⁶ de “sem terra”, principalmente, das regiões Nordeste e Sul, desenvolveram todo um processo de ocupação de “novas terras” no espaço da fronteira⁷ na Amazônia.

Os efeitos econômicos, sociais, políticos e ecológicos resultantes de tal processo, foram analisados, com críticas agudas, por um conjunto de “especialistas” e estudiosos da colonização no espaço da fronteira na Amazônia. Tais críticas tiveram o mérito, principalmente, de “por à nu” os efeitos negativos de tal modelo; isto é, o “fracasso” da colonização de “novas terras”. Entretanto, é evidente que “fracasso” ou “êxito” depende da visão de quem faz avaliação. Neste sentido, este ensaio, embora um produto não acabado, tem duplo objetivo. Primeiro, apresentar o papel da política agrária dos governos do regime autoritário-militar (1964-1985) na transformação do espaço da fronteira na Amazônia, de modo particular o de Rondônia. O segundo, mostrar que o formidável fluxo migratório de famílias para Rondônia -- dentro do plano de ação do Estado com relação à ocupação de “novas terras”, no período de 1964 a 1985 --, criou um novo espaço para reprodução da economia da agricultura familiar de outras regiões do País, implantando novas formas de exploração na fronteira agrícola desse estado -- talvez aqui na forma, no mínimo, provocativa como “êxito”.

Neste sentido, para acompanhar a evolução de tal processo recorri a duas ordens de fontes de informações. Por um lado, busquei as fontes disponíveis, na literatura especializada, que tratam da trajetória da política agrária no Brasil, nesta segunda metade do século, e dos programas de colonização e de assentamentos, após 1964, na fronteira da Amazônia. De outro, utilizei as estatísticas oficiais do IBGE, as quais cobrem o período pós 60. Esta duas ordens de fontes permitiu-me compor

momento da "colonização para os trabalhadores nacionais". O segundo, de 1946 a 1964, é denominado de fase da "colonização como resposta do Estado às lutas sociais no campo". O Terceiro, de 1965 a 1984, é descrito como o período da "colonização contra a reforma agrária". Por final, o quarto, de 1985 a 1994, é a etapa da "reforma agrária limitada", norteada pelo I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária).

5 Formulada no cursos dos governos do regime autoritário, a proposição básica: “Terra para homens sem terra, homens para terra sem homens” mostra muito bem o caminho traçado, pós golpe, para lidar com duas questões importantes e polêmicas da questão agrária brasileira, quais sejam: *a colonização e a reforma agrária*.. (Cf. MIRANDA, 1990).

6 Uma boa crítica feita enquanto a literatura que trata do fluxo migratório para fronteira na Amazônia como um processo que tem o efeito de “válvula de escape” para os problemas sociais do Brasil, é a de KITAMURA (1994). Segundo este autor, “a Amazônia nunca foi uma ‘válvula de escape’, como se colocava há décadas, para os problemas sociais do país: tais como os causados pela ‘modernização conservadora’ no campo, e pelas secas do nordeste. Longe disso, as estatísticas da década setenta e oitenta indicam que a região absorveu pouco mais de 6% de todo o êxodo rural do país” (p.56).

7 Existe uma vasta literatura que trata da categoria fronteira. Neste ensaio, esta categoria é tomada, a partir da definição de MACHADO (1992, p, 54), “como um *processo*, resultante da variedade no grau de utilização da técnica e do trabalho, do acesso à propriedade e do tipo de organização espacial”.

uma base de informações para explicar as transformações ocorridas no espaço da fronteira na Amazônia, de modo particular em Rondônia.

O presente ensaio encontra-se dividido em quatro seções. A primeira aborda a política agrária brasileira, no período de 1964 a 1985, e seus reflexos na expansão da Fronteira. A seção subsequente, por sua vez, é uma tentativa de sistematizar a dinâmica do processo de colonização da fronteira na Amazônia, durante os governos do regime autoritário-militar, tomando como exemplo Rondônia. Já a terceira retrata o processo migratório para Rondônia, dentro plano de ação do Estado com a política de colonização de “novas terras”, como gerador de transformações significativas no espaço agrário de estado, principalmente, no que se refere à evolução da distribuição do fator terra, a utilização delas e, à demanda por mão-de-obra; e, com reflexo direto, no que diz respeito à distribuição dos fatores de produção e à origem dela. A última, após a trajetória percorrida na abordagem do assunto, são demonstradas as constatações sobre esse processo, em nível de considerações finais.

2. A Política Agrária Brasileira Pós-60 e a Expansão da Fronteira.

2.1. O período da “colonização contra a reforma agrária”, de 1965 a 1984.

A década dos cinquenta caracterizou-se pela organização do movimento social de camponeses e trabalhadores rurais, com um caráter propriamente político, tendo como marco inicial a fundação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola no Brasil), em 1954, e a criação das Liga Camponesa, no Nordeste em 1955, buscando, principalmente, a redistribuição da terra e a organização dos direitos trabalhistas, levou, já nos primeiros anos da década dos sessenta, a fundação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em 1963⁸. Esse fenômeno fez com que na década dos sessenta tomasse corpo o sindicalismo dos trabalhadores no meio rural, representando trabalhadores familiares e assalariados -- saindo de cerca de 13 sindicatos até 1960 e chegando, uma década depois, a aproximadamente 1045 (TAVARES DOS SANTOS, 1995). Nesta perspectiva, o Governo, de caráter populista, maquiava um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo cujo o modelo centrava-se numa redistribuição da terra, da renda e da tecnologia no campo (idem).

A década seguinte, a dos sessenta, foi marcada pela progressiva centralidade do tema questão agrária na cena política nacional⁹. Isto levou a forças políticas conservadoras, responsáveis pela

⁸ Ver, por exemplo, BASTOS (1984) e MEDEIROS (1989).

⁹ No início da década dos sessenta toma corpo no debate nacional, com a ampliação da participação popular, as reformas estruturais apresentadas como indispensáveis para o desenvolvimento econômico e social da nação (as reformas universitária, urbana, bancária e a agrária). Mas é a reforma agrária que se apresenta como tema central e polariza a

queda do Governo civil no final de março de 1964, a montar uma estratégia de repressão ao movimento de trabalhadores no campo, cujo um dos seus objetivos foi o de estrangular a luta pela reforma agrária. Neste sentido, o regime autoritário-militar, instaurado em 1964, veio a se definir por uma política agrária voltada para a colonização da fronteira.

O processo que se segue pós 1964, remonta a política agrária do primeiro presidente do regime autoritário-militar, Castelo Branco (1964-1966), com a promulgação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Este lei bastante abrangente, com 128 artigos, não se resumia "em ser uma lei de reforma agrária. Visava também à modernização da política agrícola do país tendo por isso mesmo objetivo mais amplo e ambicioso; é uma lei de Desenvolvimento Rural"¹⁰. O Estatuto da Terra estava dividido em quatro partes: a primeira (Título I - Disposições Preliminares) era dedicada à política de reforma agrária e da política agrícola; a segunda (Título II - Da reforma Agrária) descrevia a execução da reforma agrária; a terceira, por sua vez, (Título III - Da Política do Desenvolvimento Rural) estava relacionado a uma política de desenvolvimento rural; por final, a quarta parte (Título IV - Das Disposições Gerais e Transitórias) pontuava os direitos de usucapião e de parceria¹¹.

O Estatuto da Terra constituiu uma forma jurídica relacionada à propriedade e uso da terra, o qual levava consigo um acervo de políticas destinadas, por exemplo, a reforma agrária, a colonização e ao desenvolvimento rural, a serem postas em ação conforme à constelação de poder vigente (TAVARES DOS SANTOS, 1995). Embora o objetivo inicial deste fosse o de constituir-se com uma lei de reforma agrária, a conjuntura política da época, direcionou a questão da reforma agrária para um segundo plano e incorporou como objetivo principal o tema relacionada à política agrícola ou de desenvolvimento rural (GUEDES PINTO, 1995). Assim sendo, a questão relativa à colonização passa

atenção. Neste sentido, como demonstra GUEDES PINTO (1995, p. 66-67) "Em 11/10/62, através da Lei Delegada nº 11, é criada a superintendência de Política Agrária - SUPRA, com as atribuições de a) colaborar na formulação da política agrária do país; b) planejar, promover e executar a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária. Em Março de 1963 é aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, que passa a normalizar as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem no que se refere à legislação trabalhista. (...) Em 13 de março de 1964 a Presidente da República assina decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. No dia 15 do mesmo mês envia ao Congresso Nacional a mensagem de abertura da sessão legislativa, propondo uma série de providências consideradas 'indispensáveis e inadiáveis' 'para atender as velhas e justas aspirações da população'. A primeira destas providências propostas era a reforma agrária. Para torná-la viável pleiteava mudanças na Constituição, em particular no que se refere à desapropriação por interesse social, cujo pagamento deixaria de ser prévio e em dinheiro".

¹⁰ Mensagem nº 33 que encaminhou o projeto de lei ao Congresso Nacional (GUEDES PINTO, 1995, p. 68).

¹¹ Ver, por exemplo, GUEDES PINTO, 1995; TAVARES DOS SANTOS, 1995 e 1993 particularmente a primeira parte, capítulo III, p. 43-62.

a ser apresentada pelo regime autoritário-militar como substituta da reforma agrária¹². E para executá-la, cria-se o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) vinculado diretamente ao Ministério da Agricultura, tradicionalmente "ligado" aos interesses do patronato rural (idem).

A questão da política de colonização desde a promulgação do Estatuto da Terra, em novembro de 1964, até sua implementação progressiva a partir de 1970¹³ -- com a extinção do IBRA e do INDA e criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Decreto Lei nº 1.110 de 9 de julho -- esteve a margem de outras decisões tomadas pelo regime autoritário-militar. Essas decisões buscavam, no todo, tornar exequível a nova introdução da Amazônia à economia do país¹⁴, antes mesmo que se regulamentasse a política de colonização. Neste sentido,

"Primeiro, em 1965, foram aplicados à Amazônia os incentivos fiscais até então autorizados para o Nordeste¹⁵; segundo, foram criadas algumas agências federais importantes, a SUDECO - Superintendência da Região da Fronteira Sudoeste, em 28 de novembro de 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural, o Banco da Amazônia, em 28 de setembro de 1966, e a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 27 de outubro de 1966; terceiro, estabeleceu-se a Amazônia Legal, vasta região abrangendo os Estados da Amazonas, Pará, Acre e Mato Grosso, uma parte do Maranhão e de Goiás (ao norte do paralelo 13) e os então território de Rondônia, Roraima e Amapá¹⁶" (TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 48-49).

A partir da década de setenta, o regime autoritário-militar lança vários programas especiais, que de certa forma aparecem como alternativas da reforma agrária. Foram criados, especialmente: o PIN (Programa de Integração Nacional), em 1970; o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), em 1971; o PROVALE (Programa Espacial para o vale do São Francisco), em 1972; O POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), em 1974; e, o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de

¹² É importante lembrar que concomitantemente à criação do INDA foi criado outro órgão, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), para tratar das ações referente à reforma agrária. Mas, desde sua criação, em 1964, a sua extinção, em 1970, seu papel foi, exclusivamente, o de tributação das terras (GUEDES PINTO, 1995).

¹³ Conforme TAVARES DOS SANTOS (1995, p. 49) foram promulgadas em 27 de outubro de 1966, as normas relacionadas à políticas de colonização. Estas viriam ser colocadas em ação a partir de 1970, indo até o final do regime autoritário-militar. Esta política (Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966) definia, no Artigo 5, a colonização como:

"Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos".

¹⁴ Isto significou uma reconceptualização do papel da Amazônia na configuração do cenário econômico nacional, mas teve um caráter geopolítico, como demonstram alguns estudos. Ver, por exemplo, sobre a ação da chamada "Operação-Amazônia", entre outros, os estudos de MAHAR (1990), HALL (1991) e KITAMURA (1994).

¹⁵ "Emenda Constitucional nº 18, de 1 de janeiro de 1965" (TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 48).

¹⁶ "Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 e, depois, Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1970" (TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 49)

Áreas Integradas do Nordeste), 1974. Em seguida um número significativo de programas com as mesmas características foram lançados, por exemplo, na região Centro-Oeste, no Norte-Fluminense, no Noroeste do Paraná e em novas áreas do Nordeste (GUEDES PINTOS, 1995). Mas, é, sobre tudo, a criação do PIN (Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970) -- que tem como finalidade específica "financiar o plano de obras de infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional", principalmente com a construção das rodovias Transamazônica e da Cuiabá-Santarém -- e do PROTERRA (Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971) -- que tem como um dos objetivos "promover o mais fácil acesso do homem à terra"¹⁷ -- que vai tomar corpo a colonização, principalmente nas áreas de terras novas (região Centro-Oeste e Norte¹⁸), como um substitutivo da reforma agrária.

Assim, durante o período dos governos do regime autoritário-militar, foi estruturada e posta em ação a mais importante etapa do processo de colonização de novas terras no território brasileiro¹⁹. Nesta etapa foram implementados 262 programas de colonização, sendo a maior parte de responsabilidade particular²⁰, num total de 147 (56%), e o restante, 111 (44%), de responsabilidade do Estado. A área dos programas chegou a 23.720.395 hectares, a maior parte designada aos programas do Estado, 19.854.521 hectares (84%), e apenas uma pequena parte destinada aos programas particulares, 3.865.874 hectares (16%). No que se refere às famílias dos colonos instaladas no período, 162.468, a maioria delas, 134.816 (83%), foram encaminhados pelos programas do Estado, e uma minoria delas, 27.652 (17%) foram dirigidas por programas particulares (vide quadro 1).

¹⁷ ver, por exemplo, HÉBETTE Coordenador (1974); CARDOSO & MÜLLER (1978); MAHAR (1978 e 1990); e, HALL (1991).

¹⁸ A política de colonização, durante os governos do regime autoritário-militar, definiu duas novas áreas de expansão agrícola, as regiões Centro-Oeste e, principalmente, Norte, nas quais localizavam-se a maioria dos programas de colonização organizados no período. Neste sentido, no Brasil, no período de 1965 a 1984, foram implementados 262 programas de colonização numa superfície de 23.720.395 hectares, sendo instaladas 162.468 famílias. Deste total, 129 programas (49%) foram implementados na região Centro-Oeste, numa área de 3.724.164 hectares (16%), com um contingente 27.271 famílias instaladas (17%); e, na região Norte foram implementados, respectivamente, 46 programas (18%), em 18.579.512 hectares (78%), com 107.079 famílias de colonos instaladas (66%). (Dados extraídos da tabela 6 do estudo de TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 64).

¹⁹ Da superfície de 38.030.081 hectares implementados pelos programas de colonização e assentamentos, no Brasil, de 1927 a 1994, quase 24 milhões de hectares (23.720.254) foram implementados neste período, principalmente a partir de década dos setenta. (Vide, especialmente, a tabela 6 do estudo de TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 64).

²⁰ É importante lembrar que a colonização particular tinha por finalidade complementar e ampliar a ação do Estado na política de acesso à propriedade no campo via cooperativas de colonização ou empresas organizadas para sua execução (artigo 81 e 30 do Decreto Lei nº 59.429, de 27 de outubro de 1966). (Vide TAVARES DOS SANTOS, 1995). Sobre a ação desta, na Amazônia, ver, por exemplo, os estudos de MIRANDA (1990) e OZÓRIO DE ALMEIDA (1992).

QUADRO 1. PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1965-1984. (LISTAGEM GERAL: ORDENADO POR ANO DE INSTALAÇÃO).

ANO	PROGRAMAS			ÁREA (ha)			FAMÍLIAS		
	Total	Oficial	Particul.	Total	Oficial	Particul.	Total	Oficial	Particul.
65	1	1	0	820	820	--	65	65	--
66	1	1	0	19.724	19.724	--	1.180	1.180	--
67	2	2	0	25.882	25.882	--	940	940	--
68	5	1	4	35.154	7.733	27.421	729	221	508
69	3	0	3	10.498	--	10.498	347	--	347
70	5	2	3	545.009	529.034	15.975	6.443	5.662	781
71	6	4	2	869.506	839.019	30.487	9.419	7.709	1.710
72	11	5	6	997.208	866.591	130.617	11.548	9.414	2.134
73	4	3	1	130.088	68.638	61.450	2.134	1.025	1.109
74	2	0	2	166.561	--	166.561	80	--	80
75	24	5	19	3.407.397	2.010.677	1.396.720	27.704	19.645	8.059
76	12	1	11	217.822	6.124	211.698	2.366	324	2.042
77	12	1	11	424.307	317.588	106.719	6.965	6.417	548
78	22	2	20	7.711.860	7.115.750	596.110	21.625	19.141	2.484
79	12	3	9	720.163	612.000	108.163	4.498	3.831	667
80	25	13	12	2.157.477	1.954.525	202.952	26.410	24.702	1.708
81	34	19	15	1.129.053	823.783	305.270	13.186	10.193	2.993
82	41	29	12	3.388.773	3.239.016	149.757	20.003	19.160	843
83	19	7	12	1.499.187	1.183.082	316.105	4.778	3.846	932
84	21	16	5	263.906	234.535	29.371	2.048	1.341	707
Total	262	115	147	23.720.395	19.854.521	3.865.874	162.468	134.816	27.652

Fonte: INCRA. (Extraído de TAVARES DOS SANTOS, 1995, p. 62)

2.2. A expansão da fronteira: ocupação de novas terras.

A expansão da fronteira, durante os governos do regime autoritário-militar, esteve vinculada, em boa medida, a políticas de incentivos à ocupação de novas terras e de desenvolvimento regional que deram corpo, por um lado, as frentes de agricultura familiar e as frentes especulativas. Entretanto, não se deva esquecer os efeitos do período de crescimento rápido na década dos setenta.

Com a criação do PIN (Programa de Integração Nacional), em 1970, cujo o principal objetivo foi intensificar a ocupação da Amazônia -- tendo como um dos seus principais instrumentos a colonização modelo ao longo, da recém aberta, rodovia Transamazônica -- a ação do Estado na ocupação de novas terras deixou de se dar apenas em virtude da construção de rodovias. Outras ações passaram a ser tomadas, influenciando de forma substancial o processo.

“Fracassando” o modelo de colonização em áreas cortadas pela rodovia Transamazônica, o Estado passou a estimular à incorporação de terras a grandes empreendimentos agropecuários via a intensificação de incentivos fiscais. A colonização oficial foi objeto de novas tentativas na Amazônia Ocidental, particularmente no estado de Rondônia. Entretanto, a atenção do Estado direcionou-se, de modo substancial, aos grandes empreendimentos. Tinha-se em mente que só como muita terras e fartos recursos seria possível ocupar a Amazônia de forma produtivamente viável (MORAN, 1981; MUELLER, 1983 e 1992; MAHAR, 1990; KITAMURA, 1994).

A valorização crescente de terras acontecida em todo o país²¹ na década dos setenta juntamente com as ações do Estado, por um lado, contribuíram para expansão de frentes especulativas na região, dando origem a introdução de grandes áreas em estabelecimentos agropecuários, com ou sem incentivos, particularmente no sul do estado do Pará e norte do estado de Mato Grosso. Por outro, a intensificação da modernização da agricultura nas áreas agrícolas do Centro-Sul expulsou um grande número de agricultores e trabalhadores, parte dos quais migraram a procura de novas terras no nordeste do Mato Grosso, no oeste do Maranhão, no sudoeste da Bahia e no estado de Rondônia, ajudando a expansão de frentes de agricultura familiar nessas áreas (MUELLER, 1992).

Durante a década dos setenta, as ações do Estado com relação à ocupação de novas terras, particularmente as políticas de incentivo à expansão de frentes de agricultura comercial nos cerrados, gerou impactos significativos sobre a produção -- viável graças as tecnologias para cultivo de solos ácidos dos cerrados desenvolvidas pela EMBRAPA, e também a fortes incentivos lançado pelo Estado. Neste sentido, dois programas se destacaram: o primeiro, o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1975, quando os programas na Amazônia já apresentavam problemas; e, o segundo, os projetos privados de colonização em áreas de transição da Amazônia mato-grossense. Na perspectiva de polos de desenvolvimento foram escolhidas 12 áreas de ação e com concessão de generosos incentivos, particularmente via crédito subsidiado, àqueles que desejassem investir no setor agrícola daquela área. Lembrando que, no seu período de vigência (1975-1980), o POLOCENTRO levou, diretamente, a incorporação de aproximadamente 2,5 milhões de hectares, particularmente através do cultivo da soja e de pastagens (MUELLER, 1990 e 1992).

Com recursos do PROTERRA -- criando em 1972, como já foi visto na subseção anterior -- foi aberta uma linha especial de crédito para formação, via cooperativas agrícolas e empresas, de projetos de colonização ao longo de rodovias-tronco no norte do Estado de Mato Grosso. A clientela desses projetos foram, geralmente, pequenos produtores dos sul que venderam suas terras para adquirir áreas bem maiores nos projetos privados. O sucesso alcançado foi significativo e, como no

²¹ Sobre os preços das terra na Região Norte, ver o estudo de REYDON & HERBERS (1989) e, em Rondônia, ver o estudo de MAHAR (1990).

exemplo do POLOCENTRO, o efeito-demonstração levou para algumas áreas da Região Centro-Oeste um número considerável de agricultores da Região Sul, a buscar terras novas para plantar (MUELLER, 1990 e 1992; TAVARES DOS SANTOS, 1993).

Durante a década dos oitenta foram reduzidos ou eliminados grande parte dos programas de incentivo à ocupação de novas terras em virtude da crise fiscal e externas, que acabou reduzindo a abrangência do apoio do Estado à agricultura -- notadamente, no que diz respeito, a redução do crédito rural e fim dos subsídios²². Esses fatores acabaram fazendo com que perdesse impulso a expansão das atividades em áreas de fronteira.

Buscando visualizar, a partir dos censos agropecuários, a incorporação de novas terras à agropecuária, durante o regime dos governos autoritário-militar, elaborou-se o Quadro II, desagregando os dados dessa incorporação nas seguintes regiões:

Região I: áreas da agricultura modernizada da Região Sudeste e Sul -- São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina;

Região II: áreas da agricultura tradicional da Região Nordeste -- menos os estados do Maranhão e Bahia;

Região III: áreas de expansão da fronteira para a Região Centro-Oeste -- Mato Grosso do Sul, Goiás²³ e Distrito Federal;

Região IV: áreas de expansão da fronteira na Região Nordeste -- Maranhão e Bahia; e,

Região V: áreas de expansão da fronteira na Amazônia Legal -- Mato Grosso, Rondônia e Pará.

Examinando os dados do Quadro II, vê-se que durante o período entre 1970 e 1985 foram incorporados a estabelecimentos agropecuários quase 83 milhões de hectares e cerca de 18 milhões hectares com lavouras. A expansão da fronteira se fez de forma mais intensiva, como era de esperar em virtude das políticas implementadas pelo Estado, nas áreas de frentes especulativas e da agricultura familiar na Amazônia, região V. Entretanto, apresentado reduzido impacto sobre a produção -- esta, não foi significativa nem mesmo no estado de Rondônia onde se destacou as frentes da agricultura familiar, como também a produção dos grandes estabelecimentos (as especulativas) deixou muito a desejar²⁴. O incremento da área em lavouras foi apreciável na região I, onde a modernização de certas culturas juntamente com a substituição de pastagens por cana-de-açúcar (graças a política do PROALCOOL), em São Paulo, e a expansão da soja no Paraná e no Rio Grande

²² Sobre o Crédito Rural, os subsídios e o fim destes, ver, por exemplo, o estudo de GARCIA (1989).

²³ Excluído as áreas apropriadas pelos estabelecimentos agropecuários localizados, desde de 1970, na superfície do atual estado do Tocantins.

²⁴ Sobre os resultados da ação do Estado na instalação de grandes projetos agropecuários na Amazônia e os resultados desses, vide o estudo de GASQUEZ & YOKOMIZO (1990).

do Sul deu corpo a esse processo²⁵. Já a região II -- áreas da agricultura tradicional no Nordeste -- foi a que apresentou-se, respectivamente, com menor significância com relação à expansão na área de lavouras e à incorporação de áreas a estabelecimentos agropecuários.

QUADRO 2. BRASIL E REGIÕES DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA, EM ÁREA APROPRIADAS PELOS ESTABELECIMENTOS E ÁREA COM LAVOURAS (1970-1985).

REGIÃO	ÁREA APROPRIADAS PELOS ESTABELECIMENTOS (Hectares)			ÁREA COM LAVOURAS (Hectares)		
	1970	1985	Incorporação no Período	1970	1985	Incorporação no Período
I	107.883.563	114.663.663	6.780.100	19.306.855	26.382.324	7.075.469
II	41.242.974	43.286.181	2.040.207	7.196.133	8.965.110	1.768.977
III	51.280.280	61.308.475	10.028.195	1.293.129	4.911.579	3.618.450
IV	33.055.739	49.429.388	16.373.649	3.126.749	5.473.224	2.346.475
V	29.661.213	69.243.078	39.581.865	1.165.343	3.731.379	2.566.036
BRASIL	294.145.466	376.753.480	82.608.014	33.983.796	52.280.526	18.296.730

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil de 1970 e 1985 e Anuários Estatísticos do Brasil de 1982 e 1990.

Como pode se observar, a extraordinária incorporação de áreas pelos estabelecimentos agropecuário, no período, compreenderam as áreas de ação do Estado, através de programas de incentivos e desenvolvimento regional, que gerou na expansão das frentes de agricultura familiar, especulativa e até comerciais²⁶ -- a regiões III com 12%, a IV com 20% e a V com 48%, respectivamente, do total nacional; e, que juntas somam 65,98 milhões de hectares (80% do total no país). Destacou-se, ademais, nessa expansão cinco estados: Mato Grosso com 21,07 milhões de hectares; Pará com 14,05 milhões de hectares; Bahia com 11,60 milhões de hectares; Maranhão com 4,77 milhões de hectares; e, Rondônia com 4,45 milhões de hectares; e que em conjunto absorveram 68% do incremento total no país.

²⁵ Neste período, nesta região, foi onde ocorreu o mais significativo processo de “desruralização” da população no País. Deu-se uma aceleração desse processo na década dos setenta e continuando, com menos intensidade, na década dos oitenta. Na década dos setenta verifica-se uma “desruralização” neste cinco estados de 3.731.714 pessoas, assim distribuídos: 1.268.659 no Paraná; 1.030.696 em Minas Gerais; 651.375 em São Paulo; 588.988 no Rio Grande do Sul; e, 181.996 em Santa Catarina. Representando para o caso do estado do Paraná, um êxodo anual do campo, em média, de 126,8 mil pessoas (IBGE, Anuário Estatístico do Brasil de 1987 e Censo Demográfico do Brasil de 1991).

²⁶ Alguns programas especiais juntamente com os estímulos do preço da soja no mercado internacional, levaram a expansão da área cultivada, de formas substancial no estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia.

3. A Colonização da Fronteira na Amazônia como Espaço de Ação Direta do Estado: o exemplo de Rondônia.

3.1. Estratégia do Estado para ocupação de Rondônia.

Localizado no sudoeste da Região Norte ou extremo oeste do Brasil e com 243.044 km², Rondônia, foi criado como Território Federal em 1943 -- constituído de áreas desmembradas no sul do estado do Amazonas e norte do estado do Mato Grosso -- e em 1981 tornou-se um dos estados da Federação. Este, teve sua ocupação retardada até o início da década dos setenta em virtude falta de infra-estrutura (rodovias) para o acesso a esse espaço.

Os incrementos populacionais tornaram expressivos, nesse espaço, a partir da intensificação do movimento migratório ocorrido durante os governos do regime autoritário-militar, implantado em 1964. Estes, tinham como básico o controle territorial no sentido de fortalecer e centralizar o poder, vindo a consolidar-se em 1970 com a Política de Integração Nacional (PIN). Durante a década dos setenta, a ação do Estado foi a de atuar diretamente, dirigindo e executando, no povoamento, gerando significativas mudanças na situação econômica, social e política nesse espaço.

Com a consolidação da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) em 1968, que permitiu a Rondônia a se articular ao Centro-Sul, a estratégia usada do Estado para ocupação rápida do Território -- "operação Rondônia" -- foi a da "distribuição controlada da terra", tornando possível a reprodução de produtores familiares expropriados do Centro-Sul pela política excludente da modernização "conservadora". O instrumento básico utilizado, para isso, foi a apropriação das terras devolutas do Território e sua distribuição controlada, por meio da implementação de projetos de colonização -- a partir de 1970. Inicialmente um pequeno número de parceliros foi assentado com toda a assistência do Estado, gerando um exemplo bastante significativo como efeito-demonstração, atraiu uma grande massa de população, que de forma espontânea se assenta com seus próprios meios, da mesma forma do modelo do Estado, sendo sua situação regularizada depois. Em compensação, em virtude da pressão demográfica e social, o Estado se adequa, lançando mão à criação de novos projetos de colonização e novas formas de assentamentos, em lotes menores com aplicação menor de capital do Estado (BECKER, 1990; MIRANDA, 1990; MARTINE 1990).

A estratégia do Estado estimulada por uma intensa divulgação oficial, combinada a divulgação oficiosa²⁷ da disponibilidade de terras com solos ricos a ocupar trouxe um grande contingente populacional para o Território, com uma ocupação desordenada da terra. A população cresceu de 69.792 habitantes, em 1960, para 492.810 habitantes, em 1980 e uma estimativa de 908.938

²⁷ Comunicação informal de parentes e amigos que viviam no Território.

habitantes, em 1985²⁸. Entre 1960 e 1970 registrou um crescimento absoluto de 43.867 pessoas, que corresponde a uma taxa média geométrica de 5,0. Neste período as fontes alimentadoras desse crescimento foram os fluxos migratórios dentro da própria Região Norte²⁹, preponderantemente, os subpovoados municípios acreanos e amazonenses; como também, a introdução de uma nova variável no processo migratório: a implantação de grandes eixos rodoviários -- a Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e a Porto Velho-Guajará-Mirim (BR-425), abrindo novas frentes de trabalho e a posterior ocupação desordenada das margens da BR-364. Já entre 1970 e 1980, os incrementos populacionais foram realmente expressivos 379.151 habitantes, isto é, 333,59% a mais em relação período anterior, e apresentou a mais alta taxa média geométrica do país: 15,8, significativamente superior à média da Região Norte, 5,04 e a do Brasil, 2,48. Neste período, uma gama de fatores intra-regionais e inter-regionais responde como causa do fenômeno. Entre os fatores intra-regionais podem-se mencionar a passagem da exploração da cassiterita dos sistema de garimpagem para o da lavra mecanizada. Os fatores inter-regionais resumem em: a Amazônia ter ficado em atuação prioritária do Estado; uma intensa propaganda estatal e a comunicação informal de parentes e amigos sobre as novas terras representou o grande impulso para a emigração de áreas brasileiras em crise agrária, sobretudo o sul do país (BECKER, 1990; MIRANDA, 1990; KITAMURA, 1994).

Esse fenômeno migratório causou, logicamente, uma divisão administrativa e uma distribuição da população. Em 1970, o então Território de Rondônia contava apenas com dois municípios: Porto Velho (a capital) que ficava à margem do rio Madeira e Guajará-Mirim à margem do rio Mamoré. Estas duas cidades localizavam-se nas pontas da estrada de ferro, construída pelo Brasil no início do século, em cumprimento à cláusula do acordo com Bolívia, sobre a "concessão" do Acre (RONDÔNIA, 1988/89). Já em 1980, ainda como Território, Rondônia contava com sete municípios, a saber: Porto Velho, com 134.621 habitantes; Guajará-Mirim, com 34.814 pessoas; Pimenta Bueno, com 30.072 habitantes; Vilhena, com 50.381 habitantes; Ariquemes, com 53.489 pessoas; Cacoal, com 67.269 pessoas; e Ji-Paraná (ex-Rondônia) com uma população de 122.164 habitantes.

Os resultados dos incrementos populacionais verificado na década dos setenta possibilitam visualizar outras modificações ocorridas em Rondônia nesse decênio. O Censo Demográfico de 1980 mostrou que, embora a população urbana tenha apresentado um crescimento de 290% entre 1970 e 1980 -- 233.301 pessoas --, a população migrante que se localizou em áreas rurais -- 259.509 habitantes -- foi mais significativa, contribuindo para o total da população do Território com 52,6%.

²⁸ Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil de 1987.

²⁹ O Censo Demográfico de 1970 evidenciava que mais de 75% dos migrantes eram da própria Região Amazônica. Da população de 113.650 habitantes apresentada no Censo de 1970, 56,3% (61.486 pessoas) eram nascidos no próprio Território.

Este Censo mostrou que, o eixo da vida no Território deslocou-se, passando a depender completamente da rodovia Cuiaba-Porto Velho (BR-364). Ao longo dessa rodovia situavam-se os municípios com um total de 457.996 habitantes, 93% dos 492.810 habitantes existentes naquele ano no Território. Ainda, que não houve, todavia, uma distribuição homogênea desse contingente populacional no Território; a participação demográfica das diversas unidades político-administrativas para o total do Território evidenciou esta heterogeneidade de ocupação espacial: Porto Velho, com 27,3%; Ji-Paraná, com 24,8%, Cacoal, com 13,6%; Ariquemes, com 10,9%; Vilhena, com 10,2%, Guajará-Mirim, com 7,1%; e, Pimenta Bueno, com 6,1%. Acrescente-se, ainda, que as áreas desses municípios também se diferenciam em extensão, resultando uma densidade demográfica heterogênea. Assim, o município de Guajará-Mirim caracterizou por um agudo subpovoamento (0,54 hab/km²), enquanto que Ji-Paraná (5,55 hab/km²) e Cacoal (7,70 hab/km²) evidenciaram uma ocupação humana significativa, somente encontrada nas áreas tradicionalmente agrícolas da Região Norte.

No período de 1980 a 1985, segundo estimativas do IBGE³⁰ houve um incremento populacional em Rondônia de 416 mil pessoas. Parte deste fenômeno se deve a migração maciça para o estado, facilitada pelo asfaltamento da Rodovia BR-364³¹ e, principalmente, pelo papel do Estado na intensificação do processo de colonização no período. Até o Censo de Demográfico de 1980, verificase que todo o contingente demográfico registrado para o Território -- 492.810 habitantes -- não fora suficiente para diluir uma característica amazônica de Rondônia: a de um *espaço a ocupar*. Significativo foi o aumento apresentado em 1985, quanto à densidade demográfica, ao atingir 3,74 habitantes por quilômetro quadrado. Esse aumento progressivo da densidade demográfica definiu Rondônia como uma área em contínuo processo de ocupação espacial até a metade da década dos oitenta³², não ocorrendo o mesmo na segunda metade desta quando o incremento populacional foi 104 mil pessoas, alcançando o estado de Rondônia uma população de 1.132.692 habitantes em 1º de setembro de 1991 (IBGE, Censo Demográfico de 1991).

3.2. A colonização como processo de apropriação das terras.

O processo de apropriação das terras em Rondônia só é possível de ser compreendido se temos em mente os aspectos político-institucionais desse processo. A distribuição de terras foi antecedida

³⁰ Anuário Estatístico do Brasil, 1987.

³¹ A reconstrução e asfaltamento da rodovia BR-364 de Cuiabá, no Mato Grosso, até Porto Velho, em Rondônia, apresentou-se como principal obra do projeto POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial (cf. COY, 1987; FEARNside, 1989; BECKER, 1990; MARTINE, 1990; MIRANDA, 1990; MAHAR, 1990; e, HALL, 1991).

³² Em 1º/09/1960 a densidade demográfica foi de 0,29 (hab/km²); em 1º/09/1970 foi de 0,47 (hab/km²); em 1º/09/1980 de 2,03 (hab/km²); e, em 1º/09/1991 apresentou-se como de 4,66 (hab/km²).

por uma apropriação de terras pelo Estado via legislações que estabelecem que as áreas de fronteira pertencem à União³³ e as localizadas as margens das rodovias, no caso da região amazônica, ao INCRA³⁴ -- que passa administrá-las e ser responsável pela cessão destas. Assim, o INCRA passa a ter o controle sobre as terras que servirão para implantação e operacionalização dos projetos de colonização agrícola -- embora isso não ocorreu como previa o Governo Federal, visto que o modelo de assentamento implementado inicialmente com toda assistência foi bastante significativo como efeito-demonstração, e assim, atraiu um grande massa de população, que de modo espontâneo, se assenta com seus próprios meios, sendo legitimada a posse posteriormente pelo INCRA (BECKER, 1990, MARTINE, 1987 e 1990).

A primeira forma de apropriação das terras pelos colonos esteve associada à colonização induzida, no período de 1970 a 1976. Neste período, foi implantado o primeiro projeto do tipo PIC (Projeto Integrado de Colonização), onde o Estado assume todas as etapas de instalação e viabilização do projeto, indo da seleção e assentamento dos colonos em lotes de 100 hectares, até a produção e comercialização, dando-lhes assistência técnica e social. Esse primeiro projeto implantado -- o PIC Ouro Preto, em 1970³⁵ -- teve um efeito-demonstração bastante significativo, atraiu um contingente de pessoas maior do que o previsto, levando o INCRA a (1) aumentar a área do projeto, conforme a população convergia e se assentava reproduzindo o modelo do INCRA; (2) a criar, entre 1971 e 1975, quatro novos PICs -- Sidney Girão, Ji-Paraná, Paulo Assis Ribeiro e Padre Adolpho Rohl (vide quadro 3) -- (BECKER, 1990); e, (3) adotar um nova metodologia de assentamentos, a do PAD, (Projeto de Assentamento Dirigido), a partir de 1975, em que a participação do Estado é menor e lotes maiores são distribuídos a fazendeiros médios, profissionais liberais do Centro-Sul³⁶, entre outros, para o cultivo do cacau para exportação (HÉBETTE & ACEVEDO, 1982; MARTINE, 1987 e 1999; BECKER, 1990).

³³ A lei nº 2.597 de 1955 instituiu que a faixa de fronteiras, numa extensão de 150 km, pertence à União.

³⁴ O Poder Executivo Federal, ao legislar sobre as terras devolutas da Região Amazônica, institui que os 100 km de cada lado das rodovias federais serão colonizados pelo INCRA (decreto-lei nº 1.164, de 1971; regulamentado em 1972).

³⁵ Um bom estudo analisando o maior e mais antigo projeto de colonização em Rondônia e feito por COY (1987). Este autor mostra que o dinamismo da frente pioneira, a partir de alguns exemplos analisados no PIC "Ouro Preto", causou, ao mesmo tempo, sérios problemas ecológicos, diferentes conflitos pela terra e um processo de diferenciação sócio-econômica no campo.

³⁶ Um estudo onde traz uma série de informações, no que diz respeito aos métodos utilizados por alguns grupos ou "clãs" para assegurar a posse de grandes extensões de terras em áreas de colonização é o estudo de HÉBETTE & ACEVEDO (1982). Estes autores estudam, de forma especial, o PAD Burareiro no município de Ariquemes, mostrando como foram usados os critérios de seleção dos colonos. Segundo estes autores, devidos aos critérios de seleção, "O PAD Burareiro

QUADRO 3. PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA POR TIPO DE ASSENTAMENTOS.

Tipo de Assentamento	Assentamentos realizados									
	Localização	Projeto área (ha)	1970-1976		1976-1979		1980-1984		1984 (...)	
			n°	Área do lote (ha)	n°	Área do lote (ha)	n°	Área do lote (ha)	n°	Área do lote (ha)
PICs. Ouro Preto	Ouro Preto d'Oeste Ji-Paraná	512.585	4.361	100			801	100		
Sidney Girão	Guajará-Mirim	69.300	482	100			156	100		
Ji-Paraná	Cacoal, Espigão d'Oeste, Rolim de Moura, Pimenta Bueno	486.137	4.010	100			740	100		
Paulo Assis Ribeiro	Colorado d'Oeste	293.580	2.749	100			357	100		
Padre Adolpho Rohl	Jaru	407.219	1.716	100			1.193	100		
PADs (Projetos de Assentamentos Dirigidos). Burareiro	Ariquemes e Jaru	304.925			901	250	1.540	250		
Marechal Dutra	Ariquemes	494.925			1.846	100	4.767	100		
AR (Assentamento Rápido) Vale do Rio Anari	Jaru	103.800					3.404	50		
Nazaré	Ji-Paraná	1.682					150	50		
Nova Vida	Ariquemes	2.400					160	50		
Santa Rosa	Ouro Preto e Ji-Paraná	18.540					229	50		
Cunha do Marechal	Ariquemes	9.023					324	50		
Castro Alves	Cacoal	394.000					2.653	50		
Vida Nova	Ji-Paraná	51.805					2.653	50		
D'Jaru-Uaru	Presidente Médici, Cacoal	324.000					2.653	50		

tornou-se, desta maneira, o aglutinador da pura nata nata dos colonos e fez de Ariquemes o município rural de maior QI da Amazônia”. (p. 13).

	e Ji-Paraná									
PA (projeto de Assentamento). Bom Princípio	Costa Marques	190.000							800	60
Cujubim	Ariquemes e Porto Velho	204.395							—	45
Machadinho	Ariquemes e Jaru	382.940							1.700	45
Urupá	Ouro Preto d'Oeste e Presidente Médici	75.460							1.194	24
São Filipe	Rolim de Moura e Pimenta Buena	19.200							—	40
TOTALIS		4.345.916	13.318	—	2.747	—	21.780	—	3.694	—

Fonte: INCRA/RO -DPP/DPP-6. Periodização e classificação da autora. (Extraído de BECKER, 1990. p 154)

Entre 1970 e 1976 nos cinco projetos do PICs -- Ouro Preto, Sidney Girão, Ji-Paraná, Paulo Assis Ribeiro e Padre Adolpho Rohol -- foram assentados 13.318 famílias em lotes de 100 hectares, representando uma apropriação das terras pelos colonos de 1,33 milhões de hectares. No período de 1976 a 1979, com uma nova mudança na filosofia do Estado com relação à apropriação das terras -- uma nova forma de controle do povoamento e uma outra escala -- foi implementado uma nova metodologia de projeto fundiário com a criação de dois Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs). Nestes foram assentadas 2.747 famílias numa área de 409.850 hectares -- variando o tamanho das glebas de 250 hectares no PAD Burareiro voltados para cultivo de cultura de exportação, conforme descrito anteriormente, a 100 hectares no PAD Marechal Dutra.

No período de 1980 a 1984 o Estado continua com os assentamentos centrados no PICs e PADs. Nos cinco PICs, com intensidade menor que a do período de 1970 a 1976, foram assentados mais 3.247 famílias, numa área 324.700 hectares, em lotes de 100 hectares. Já nos dois PADs foram 6.307 famílias novas, numa área de 861.700 hectares, com lotes de 250 e 100 hectares, da mesma forma do período anterior (1976 a 1979). Mas para continuar a frente do processo de colonização o Estado passa a utilizar uma nova estratégia: a do Assentamento Rápido (AR) que é uma variante da Regularização Fundiária (RF). Essa nova estratégia do Estado de continuar com o domínio sobre apropriação das terras nesse espaço da Amazônia Ocidental “se fez necessária frente às rápidas invasões, agora não só em terras devolutas, mas também naquelas já apossadas ou apropriadas por outrem -- porções não exploradas de seringais, fazendas e glebas --, gerando fortes tensões. Em 1980, os projetos fundiários (...) passaram a fazer também seleção e assentamentos de migrantes em parte das terras liberadas, embora sem obrigação de lhes oferecerem qualquer assistência” (BECKER, 1990, p. 155). A legalização de invasões foi a estratégia utilizada dentro do “projeto de colonização das terras da Amazônia Ocidental” para manter a imagem da ação e controle do Estado (idem).

Em conjunto, os oito projetos de Assentamento Rápido (AR) -- Vale do Rio Anari, Nazaré, Nova Vida, Santa Rosa, Cunha do Marechal, Castro Alves, Vida Nova e D'Jaru-Uaru) -- respondem por 12.226 famílias assentadas, em lotes de 50 hectares, numa área de 611.300 hectares. Esses oito projetos, por sua vez, foram responsáveis, respectivamente, por 30% das famílias assentadas e 12% das áreas apropriadas pelas famílias até 1985.

A partir de 1984, com o término do asfaltamento da BR-364, é criado o Projeto de Desenvolvimento Integrado (PDRI - Rondônia), dentro de um subprograma do POLONORESTE apoiado na instalação dos NUAR -- Núcleos Urbanos de Apoio Rural³⁷ -- (COY, 1987; BECKER, 1990). A partir daí, entra em cena novamente o Estado, através do INCRA, juntando-se a implantação dos NUAR cinco novos projetos fundiários do tipo PA (Projetos de Assentamentos) -- Bom Princípio, Cujubim, Machadinho, Urupá e São Felipe --, em terras desapropriadas em áreas de tensão social, como também naquelas localizadas em faixas de contato com áreas indígenas. Esses cinco novos projetos fundiários apresenta duas inovações distintas³⁸, no que se refere à apropriação de terras pelos colonos, comparados com papel do Estado nos projetos anteriores. A primeira, esta relacionada à associação do Governo Federal ao Governo Estadual, passando o segundo a manter os serviços dos NUAR e estradas. A Segunda, por sua vez, diz respeito à redução no tamanho do lotes -- indo de 60 hectares no PA Bom Princípio, 45 hectares no de Cujubim e Machadinho, 40 hectares no de São Felipe, até 24 hectares no PA Urupá (BECKER, 1990).

Em conjunto, esses quatro tipos diferentes de assentamentos -- PICs, PADs, AR e PA --, distribuídos em 20 projetos fundiários distintos de colonização, respondem, ao longo da década dos setenta até meados da dos oitenta, pelo assentamento de 41.539 famílias³⁹, numa superfície de 4.345.916 hectares, e, representam um processo de apropriação 18% da superfície territorial de Rondônia. Esse processo de colonização apresenta, ainda, uma característica ímpar no Brasil. Basta ver que a área apropriada em conjunto, nesse processo, representa em 1985, comparando com Censo Agropecuário, 72% da área total apropriada pelos estabelecimento agropecuários naquele ano.

³⁷ Segundo COY (1987), a idéia dos NUAR era, principalmente, a de criar *centros urbanos* para melhor abastecimento das populações que viviam no espaço rural, oferecendo infraestrutura básica como: posto de saúde, colégio, armazém federal para a produção agrícola, além de postos avançados de diversos órgãos do Estado com atuação no espaço rural.

³⁸ BECKER (1990, p. 156) apresenta uma terceira inovação que está relacionada à “chamada ‘reserva em bloco ou em condomínio’ (ao invés de as reservas de mata (50%) serem mantidas nos lotes individuais, são mantidas em conjunto, formando uma grande reserva fora dos lotes)”.

³⁹ Cf. COY (1987, p. 253). Outro estudo, o de MARTINE (1990), apresenta, baseado em outros dois estudos, um total de 74.454 famílias assentadas, no período de 1971 a 1982. (vide tabela 2.1, do estudo de MARTINE, na página 28).

4. As Transformações do Espaço Agrário em Rondônia.

O extraordinário contingente de famílias para Rondônia -- dentro do plano de ação do Estado com relação à ocupação de novas terras, durante os governos do regime autoritário-militar -- fez nascer um novo espaço para reprodução da agricultura familiar de outras regiões do País na fronteira agrícola da Amazônia Ocidental, com novas formas de exploração. Esse formidável fluxo migratório para Rondônia gerou transformações significativas no espaço agrário desse território, principalmente, no que diz respeito à (a) evolução da distribuição do fator terra, à (b) utilização delas e, à (c) demanda por recursos humanos -- com reflexo direto, no que se refere à (d) distribuição dos fatores de produção e à origem dela.

A seguir, verificar-se-á como deram-se as mudanças em nível cada um desses três fatores e o reflexo na distribuição dos fatores de produção e na origem dela.

a) As transformações em nível da distribuição do fator terra.

Em quinze anos o número de estabelecimentos agrícola -- isto é, as unidades de produção agrícola, para dar uma idéia da ocupação efetiva e útil das terras nesse estado -- aumentou de 7.082, em 1970, para 80.615, em 1985, representando um aumento percentual de 1.138%; e, a área apropriada pelos estabelecimentos agrícola passou de 1.631.640 hectares, em 1970, para 6.032.647 hectares, em 1985, demonstrando um incremento de 370% (vide quadro 4). Em conseqüência, a área média das unidades produtivas caiu de 230,39 hectares, em 1970, para 74,83 hectares, em 1985, ficando dividido por 3,1; o que mostra que o aumento das unidades produtivas foi obtido tanto pela divisão dos antigos estabelecimentos quanto pela abertura de novas áreas⁴⁰ -- que também foi intensa, conforme visto na seção anterior. Área total apropriadas pelos estabelecimentos agrícolas passou de 6,7% da área geográfica do estado, em 1970, para 24,8%, em 1980 (quadro 4).

QUADRO 4. EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO FATOR TERRA, DE 1970 A 1985, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL.

A	CLASSES DE ÁREA TOTAL (em hectare)								TOTAL	
	< 50		50 a < 200		200 a < 1000		1000 e mais			
O	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
1970	2.627	46.835	1.630	162.965	2.716	795.997	109	625.843	7.082	1.631.640
1975	9.314	117.262	14.734	1.447.902	1.115	494.833	278	1.022.055	25.481	3.082.052
1980	19.391	234.825	26.598	2.437.426	1.813	571.513	563	1.979.867	48.365	5.223.631

⁴⁰ Esses dois fatores foram responsáveis, em parte, pela estabilidade do coeficiente de concentração fundiária no estado; onde o índice de GINI, por exemplo, se apresentou quase inalterável: de 0,659, em 1970, para apenas 0,641, em 1985. Cf. COY (1987, p. 261) sobre duas tendências opostas em nível da distribuição do fator terra em Rondônia.

1985	42.30	838.55	35.67	2.893.842	2.165	711.306	468	1.788.641	80.615	6.032.647
	5	8	7							

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de Rondônia de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Essas mudanças ocorridas, ao longo desses anos, foram bastantes distintas no que se refere às unidades produtivas que se agrupam em classes de áreas diferentes⁴¹, conforme demonstra o mesmo quadro. A taxa média aritmética anual de crescimento das unidades produtivas com área inferior a 50 hectares foi de 100,7% e, de 84,7%, com relação à área total ocupada por essas unidades. As unidades com área de 50 a menos de 200 hectares apresentaram taxas maiores: de 139,3%, com relação ao número de unidades, e de 111,7%, no diz respeito à área total ocupada⁴². Naquelas unidades com área de 200 a menos de 1000 hectares a taxa foi negativa, tanto no refere ao crescimento do número de unidades quanto à área total apropriada, respectivamente, de -1,4% e de -0,7%. Já a taxa de crescimento das unidades de grande porte com área de 1000 hectares e mais foi de 22% e, de 12,4%, no que se refere à área total apropriadas por essas unidades.

b) As transformações em nível da utilização das terras.

Também, nesse quinze anos, as transformação ocorridas nas unidades produtivas, com relação à utilização das terras para produzir (quadro 5), foram bastantes significativas no que diz respeito às áreas utilizadas com cultivos de lavouras (permanentes e temporárias). A área total ocupada com lavouras permanentes e temporárias passou de 2,8%, em 1970, para 8,8%, em 1985, da área total apropriada pelas unidades produtivas. Além disso, as lavouras apresentaram um incremento na área de 1.189%, no período. Mas é, principalmente, a área destinada para o cultivo de pastagens plantadas, onde ocorreu a mudança mais visível. O incremento na área destinada à esse cultivo foi da ordem de 2.144%, no período -- passando área cultivada de 2,5%, em 1970, para 14,6%, em 1985⁴³, da área apropriada por todas as unidades produtivas. E, a partir de 1980, as pastagens representavam mais da metade da área total trabalhada nos estabelecimentos agrícola (área com lavouras permanentes e

⁴¹ Optei, baseando-me em outro estudo (RONDÔNIA, 1988/89), como classes de áreas, limites que se aproximem de 1, 3 e 15 módulos fiscais do INCRA. Para todo o estado de Rondônia, o módulo fiscal é de 60 hectares. Assim, os limites, então, seriam de 60, 180 e 900 hectares. Adotei os limites de classes de áreas mais próximos de cada um desses valores, usados pelo IBGE para os Censos Agropecuários. Esses limites são: 50, 200 e 1000 hectares.

⁴² O crescimento significativo do número de estabelecimentos com área inferior a 200 hectares e da área total ocupadas por eles, está relacionado diretamente à distribuição de imóveis rurais nos assentamentos realizados no processo de colonização, nesse mesmo período. Entretanto, é necessário esclarecer que o levantamento feito pelo IBGE durante os recenseamentos toma em conta o estabelecimento e não a propriedade rural. Um mesmo "imóvel" pode conter vários "estabelecimentos", desde que explorado em parceria ou arrendamento por vários indivíduos autônomos. Vários "imóveis" podem, também, constituir um só "estabelecimento", desde que explorado sob uma única direção e possuindo áreas contíguas.

⁴³ Chama atenção os dados apresentados por dois estudos (MAHAR, 1990 e WORLD BANK, 1992) sobre a área cultivada com pastagens plantadas, em 1985, em Rondônia, baseado no Censo Agropecuário. MAHAR apresenta uma área de

temporárias, com pastagens plantadas e matas e florestas plantadas) -- 58%, em 1980 e 62%, em 1985. Isto está relacionado diretamente com o aumento do efetivos de bovinos no estado, que passou de 23.125 cabeças, em 1970, para 770.531 cabeças, em 1985⁴⁴.

Essas mudanças, por sua vez, não se apresentaram como homogêneas entre as diversas unidades produtivas que se agrupam em classes de áreas diferentes. Basta ver, para exemplificar, os dados do Censo Agropecuário de 1985 (vide quadro 6). Nesse ano, nota-se que a distribuição do cultivo com lavouras permanentes e temporárias ao longo das diferentes classes de áreas apresenta linhas significativas, ocorrendo uma concentração de 90% do cultivo entre as unidades produtivas com áreas inferiores a 200 hectares (isto é, as unidades familiares, conforme veremos mais adiante) -- sendo que 39%, naquelas com menos de 50 hectares. Comparando com a distribuição do cultivo com pastagens plantadas, observa-se uma dinâmica diferente, havendo a maior concentração das pastagens (43%) nos estabelecimentos com áreas de 50 a menos de 200 hectares, seguida pelas unidades que têm áreas a partir de 1000 hectares -- respondem com 33% do cultivo⁴⁵. Além disso, sob outro ângulo, nota que as unidades produtivas com áreas inferiores a 50 hectares, destinam 32% de suas áreas ao cultivo das lavouras permanentes e temporárias, 10% para pastagens plantadas e mantém 51% com matas e florestas nativas. Já aquelas que têm áreas de 50 a menos de 200 hectares, conservam 71% de suas superfícies com matas e florestas nativas, cultivam 9% com lavouras e 13% com pastagens plantadas.

QUADRO 5 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM RONDÔNIA EM 1970, 1975, 1980, 1985.

A N O	TOTAL	LAVOURAS			PASTAGENS		MATAS E FLORESTAS.		Produção não Utilizada
		Permanentes	Temporárias.	Temp em Descanso	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	
	Área (1 ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
1970	1.631.640	12.273	32.363	350.328	82.186	41.006	1.070.591	446	—
1975	3.082.052	45.763	147.700	66.405	60.046	164.524	2.551.749	297	—
1980	5.223.631	170.178	203.253	39.327	242.653	510.184	3.829.753	165	73.537
1985	6.032.64	215.465	315.079	83.022	221.57	879.30	4.070.88	8.065	90.885

15.611,5 km² com pastagens (vide tabela 5, na página 109, do estudo desse autor) e WORLD BANK apresenta, ainda, uma área maior: 23,0 mil km² (consultar tabela 1.1, na página 4, desse estudo).

⁴⁴ Dados dos Censos Agropecuários Rondônia de 1970 e 1985.

⁴⁵ De acordo com Censo Agropecuário de 1985 existia em Rondônia um rebanho bovino de 770.531 cabeças. Deste rebanho, 76.686 cabeças (9,95%) encontrava-se nos estabelecimentos com áreas inferiores a 50 hectares; 363.242 cabeças (47,14%) naqueles com áreas de 50 a menos de 200 hectares; 127.581 cabeças (16,56%) nas unidades produtivas com áreas de 200 a menos de 1000 hectares; e, por final, nos estabelecimentos com áreas de 1000 hectares e mais, 203.022 cabeças (26,35%). Isto explica, em parte, a dinâmica do cultivo de pastagens plantadas entre os estabelecimentos que se agrupam em classes de áreas distintas.

5	7				2	4	8		
---	---	--	--	--	---	---	---	--	--

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de Rondônia de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Nota: (1) - Inclusive terras inaproveitáveis.

QUADRO 6 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM RONDÔNIA, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL, 1985.

		LAVOURAS			PASTAGENS		MATAS E FLORESTAS.		Produção não
TOTAL		Permanentes	Temporárias	Temp em Descanso	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	Utilizada
Grupo (ha)	Área (1) (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
< 50	638.858	84.031	121.050	13.717	4.544	63.449	322.747	605	11.906
50 a < 200	2.893.842	111.659	161.127	54.102	32.075	377.942	2.056.111	2.715	46.821
200 a < 1000	711.306	13.747	16.311	8.871	11.091	151.426	476.772	172	19.622
1000 e mais.	1.788.641	6.028	16.591	6.332	173.858	286.487	1.215.258	4.573	12.536
Total	6.032.647	215.465	315.079	83.022	221.572	879.304	4.070.888	8.065	90.885

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Rondônia de 1985.

Nota: (1) - Inclusive terras inaproveitáveis.

As unidades produtivas de 200 a menos de 1000 hectares, por sua vez, preservam 67% de suas áreas com matas e florestas naturais, 21% com pastagens plantadas e somente 4% com cultivo de lavouras. Por final, aquelas que possui áreas de 1000 hectares e mais, cultivam apenas 1% da área total destas com culturas agrícola permanentes e temporárias, mas 16% com pastagens plantadas e mantém 68% com matas e florestas naturais.

c) As transformações em nível da demanda por recursos humanos.

O processo das mudanças ocorridas, nesses quinze anos, teve, também, forte impacto positivo sobre a mão-de-obra agrícola. A demanda aparente por força de trabalho humano em EHA (Equivalente-Homem-Ano)⁴⁶ cresceu, extraordinariamente, a uma taxa média aritmética de 94,3% ao ano. Ou seja, o total de pessoas demandadas pelo setor agrícola aumentou de 15.153 EHA, em 1970, para 229.473 EHA, em 1985. Isto deve a dinâmica de incorporação de novas áreas pelos estabelecimentos que foi bastante significativa, ao crescimento da área trabalhada dentro deles (área de lavouras permanentes e temporárias, mais a área de pastagens plantadas e a área de mata e florestas plantadas) e, principalmente, ao substancial crescimento da área cultivada, por exemplo, com arroz, cacau e café. Além disso, verifica-se que as formas de emprego das categorias permanentes não assalariados (familiares e parceiros ligados à propriedades ou ao uso da terra) cresceu a uma taxa média aritmética de 90,5% ao ano, passando a demanda total dessas categorias, em termos absolutos, de 14.348 EHA, em 1970, para 209.230 EHA, em 1985. Entretanto, observa-se que a taxa média aritmética de crescimento das formas de emprego das categorias “mais capitalistas” (empregados permanentes e temporários) foi bem maior (161% ao ano), indo a demanda total por assalariados, em termos absolutos, 805 a 20.243 EHA entre estas duas datas (vide quadro 7).

QUADRO 7 - DEMANDA APARENTE POR RECURSOS HUMANOS NO SETOR AGROPECUÁRIO DE RONDÔNIA EM 1970, 1975, 1980, 1985 (EM EQUIVALENTE-HOMEM-ANO) (1).

ANO	TOTAL	Familiares	Parceiros e outra condição	EMPREGADOS		Total de Assalariados
				Permanentes	Temporários	
1970	15.153	14.063	285	475	330	805
1975	69.236	66.420	168	1.193	1.455	2.648
1980	131.036	111.678	2.185	5.437	11.736	17.173
1985	229.473	206.356	2.874	6.274	13.969	20.243

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de Rondônia de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Nota: (1) - Usou-se a mesma metodologia do Estudo de KAGEYAMA & GRAZIANO DA SILVA (1983).

⁴⁶ Para construção do cálculo da demanda aparente por recursos humanos em Equivalente-Homem-Ano (EHA) recorremos a metodologia do estudo de KAGEYAMA & GRAZIANO DA SILVA (1983). A finalidade desta metodologia é identificar o número de pessoas ocupadas com o número de empregados, levando em conta a diferença de *sexo, idade e relação de trabalho*; ou seja, mostrar que no *setor agrícola* o emprego de um menor de idade ou de uma mulher em determinadas condições de dedicação representa um posto de trabalho diferente daquele emprego ocupado por um homem adulto durante todos os dias úteis do ano. Considerando que na agricultura a diversidade de força de trabalho é singularmente acentuado pela presença generalizada do trabalho familiar e do temporário, torna-se importante analisar o emprego transformando o número de pessoas em unidades homogêneas de força de trabalho. Para isso, os autores recorreram ao conceito de Equivalente-Homem-Ano, “entendido como aquele emprego que corresponde à utilização da força de trabalho de um homem adulto durante uma jornada de trezentos (300) dias por ano”, empregando os seguintes fatores de conversão: *Homens* maiores de 14 anos = 1,0 EH; *Mulheres* maiores de 14 anos: *familiares* = 0,5 EH, *empregados* = 1,0 EH, *parceiros e outra condição* = 0,66 EH; *Crianças* menores de 14 anos: *familiares*: 0,4 EH, *empregados, parceiros e outra condição*: 0,5 EH. Além destas transformações é calculada a média do número máximo de empregados temporários ao longo dos 12 meses do ano.

Além das mudanças já descritas, observa-se, ainda, a partir desse mesmo quadro, uma queda na participação categorias permanentes não assalariadas, principalmente os familiares ligados à propriedade ou ao uso da terra, no conjunto da força de trabalho demandada: de 95%, em 1970, para 91%, em 1985⁴⁷ -- apesar do incremento, extraordinário, da demanda por força de trabalho registrado nessas categorias. Entretanto, essa mudança no perfil de demanda por força de trabalho, entre não assalariados e assalariados, ocorreu de forma diversificada quando relaciona-se à demanda com às unidades produtivas que se agrupam em classes de áreas diferentes (quadro 8).

Neste sentido, a transformação no perfil da demanda é visualizado quando se toma em conta, por exemplo, o primeiro e último ano desses quinze. Em 1970 as unidades produtivas com áreas inferiores a 1000 hectares, têm uma participação acima de 90% na demanda por mão-de-obra com as categorias permanentes não assalariadas (familiares e parceiros e outra condição); enquanto que, aquelas com áreas de 1000 hectares e mais participam, apenas, com 38% na demanda por força de trabalho com as categorias do tipo “mais capitalistas” (empregados permanentes e temporários). Já em 1985, o perfil da demanda por força de trabalho é outro. Nesse ano, verifica-se que somente aquelas unidades produtivas com áreas abaixo de 200 hectares mantém seu perfil na demanda por força de trabalho centrado nas categorias não assalariadas (96% na aquelas com áreas inferiores a 50 hectares e 92% entre aquelas com áreas de 50 a 200 hectares). Já nos estabelecimentos com áreas de 200 hectares e mais constata-se um perfil delineado pela proletarização, pois a demanda por força de trabalho assalariada representa 43% naqueles com áreas de 200 a 1000 hectares e 77% entre aqueles com áreas de 1000 hectares e mais⁴⁸.

QUADRO 8 - DEMANDA APARENTE POR RECURSOS HUMANOS NO SETOR AGROPECUÁRIO DE RONDÔNIA, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL, EM 1970 E 1985 (EM EQUIVALENTE-HOMEM-ANO) (1).

Ano	Grupo de Área Tot. (ha)	TOTAL	Familiares	Parceiros e outra condição	EMPREGADOS		Total de Assalariados
					Permanentes	Temporários	
1	< 50	6.253	5.774	78	92	309	401
9	50 a < 200	3.954	3.710	134	103	7	110
7	200 a < 1000	4.462	4.286	66	96	14	110
0	1000 e mais	484	293	7	184	—	184
Total		15.153	14.063	285	475	330	805

⁴⁷ É importante relatar que a menor participação dos não assalariados no conjunto de recursos humanos demandados se deu em 1980, com 87%, e a maior em 1975, com 96%.

⁴⁸ O perfil da mudança foi bastante significativo entre os estabelecimentos que se agrupam entre essas duas classes de áreas. Basta ver, que em 1970 as unidades produtivas com áreas de 200 a 1000 hectares, demandam 98% da força de trabalho com as categorias não assalariadas. Já em 1985, as unidades que se agrupam nessa classe de área, demandam apenas 57% da mão-de-obra com essas categorias. Por sua vez, as unidades produtivas com áreas de 1000 hectares e mais, dobra a demanda por recursos humanos com as categorias assalariadas (de 38%, em 1970, para 77%, em 1985).

1	< 50	104.75 6	100.197	549	781	3.229	4.010
9	50 a < 200	110.78 3	100.423	1.842	2.398	6.120	8.518
8	200 a < 1000	8.877	4.810	232	1.446	2.389	3.835
5	1000 e mais	5.057	926	251	1.649	2.231	3.880
T o t a l		229.47 3	206.356	2.874	6.274	13.969	20.243

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de Rondônia de 1970 e 1985.

Nota: (1) - Usou-se a mesma metodologia do Estudo de KAGEYAMA & GRAZIANO DA SILVA (1983).

Embora a dinâmica das transformações apresentadas ao longo desses quinze anos demonstre mudança significativa no perfil da demanda por recursos humanos entre os estabelecimentos de médio a grande porte (de 200 a menos de 1000 hectares e 1000 hectares e mais) na direção da proletarização, o que caracteriza esse período em Rondônia é a produção familiar na agricultura. Basta ver que, por exemplo, em 1985 a agricultura familiar⁴⁹ estava presente em 96,7% dos estabelecimentos agrícola, em 58,6% da área total apropriada pelas unidades produtivas existentes naquele ano.

d) A distribuição dos fatores de produção e a origem da produção.

A dinâmica das mudanças ocorridas ao longo desses quinze anos, veio a caracterizar esse período em Rondônia como o da produção familiar na agricultura. Neste sentido, quando se observa a distribuição dos fatores de produção e a origem da produção no último ano, 1985, desses quinze (quadro 9), verifica-se que as unidades produtivas de menos de 50 hectares, com 10,6% da área total, demandam 45,6% da força de trabalho na agricultura. Somando as duas primeiras classes temos, menos de 200 hectares, 93,9% da demanda por recursos humanos gerado pelo setor agrícola, em apenas 58,6% da área. Os outros 41,4 % da área , encontra-se nas unidades produtivas de 200 hectares e mais, criam apenas 6,1% da demanda por mão-de-obra; sendo aqueles de 1000 hectares e mais, com 29,6% da área, demandam somente 2,2% da força de trabalho.

⁴⁹ Agricultura familiar é aquela que, no processo de produção, tem uma demanda aparente por força de trabalho familiar, em EHA (Equivalente-Homem-Ano), acima de dois-terço (2/3). (Critério meu, F.R.S.F).

QUADRO 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS FATORES DE PRODUÇÃO EM RONDÔNIA E ORIGEM DA PRODUÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL, EM 1985.

Grupo de Área Total	Estabelecimentos	FATORES DE PRODUÇÃO					
		TERRA	TRABALHO	CAPITAL			
				Demanda por Recursos	Usuários de	Usuários de	Usuários de Conservação
Hectares	Número	Hectares	Humanos.	Fertilizante	Agrotóxico	Solo	Número
< 50	42.305	638.858	104.756	1.069	8.016	121	103
50 a < 200	35.677	2.893.842	110.783	858	11.354	152	493
200 a < 1000	2.165	711.306	8.877	191	1.274	28	252
1000 e mais	468	1.788.641	5.057	53	337	12	314
T O T A L	80.615	6.032.647	229.473	2.171	20.981	313	1.162

(continuação) FATORES DE PRODUÇÃO						(continuação) ORIGEM DA PRODUÇÃO	
(continuação) CAPITAL						Valor da Produção Total em Mil	
Arados de Tração:		Meios de Transporte de Tração		Financiamentos		Cruzados	
Animal	Mecânica	Animal	Mecânica	Mutuários	Valor em		
				Número	CZ\$. 1000		
598	56	1.490	823	666	2.928	716.670	
1.244	292	2.611	2.264	1.421	15.939	975.145	
111	154	202	677	217	6.983	130.723	
56	155	86	391	50	8.681	98.851	
2.009	657	4.389	4.155	2.354	34.531	1.921.389	

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de Rondônia de 1985.

Vistas as distribuições do fator terra e do fator trabalho, a partir do quadro 9, é necessário ver de onde vem a produção. Por esse quadro, verifica-se que as duas primeiras classes de área (as unidades produtivas com menos de 200 hectares) compreendem 96,7% do número total e detêm 58,6% da área. Dentre elas, estão 88,7% dos usuários de fertilizantes, 92,3 dos usuários de agrotóxicos e medicamentos veterinários e de 87,3% das que realizam conservação do solo. Nesses 58,6% da área trabalham 51,2% dos tratores, 91,7% dos arados de tração animal e 52,9% dos de tração mecânica, além de 93,4% dos veículos de tração animal e 74,3% dos mecanizados. Essas duas classes de área, com 88,7% dos tomadores, receberam 54,7% dos financiamentos.

Com esses 58,6% das terras e as percentagens ativas de máquinas, implementos e demais elementos de tecnologia resultante do capital, inclusive com o crédito absorvido, essas unidades produtivas familiares demandam 93,9% da força de trabalho gerada pela agricultura e são responsáveis por 88% do valor da produção, incluindo nesse total a produção animal e a vegetal. No outro extremo, as unidades “tipicamente capitalistas” com 1000 hectares e mais, apenas 0,6% do número, detêm 29,6% da terra e reúnem somente 2,5% dos usuários de fertilizantes, 2,4% dos de agrotóxicos e medicamentos veterinários e de 3,8 dos conservacionistas do solo. Utilizam-se de 27% dos tratores, 2,8% dos arados de tração animal e de 23,6% dos de tração mecânica, além de 2,0% dos veículos de tração animal e de 9,4% dos de tração mecânica. Absorvem, com 2% dos tomadores, 25% do crédito. E, com esses meios de produção, demandam apenas 2,2% da mão-de-obra gerada no setor agrícola e limitam-se a 8,5% do valor total da produção.

5. Considerações Finais .

Mostrou-se, desde do início deste ensaio, que no Brasil o processo que se segue após 1964, relacionado à questão da política de colonização de “novas terras”, esteve relacionado à política agrária implementada já pelo primeiro presidente do regime autoritário-militar, com a promulgação dos Estatuto da Terra. Entretanto, esse processo, só tomou corpo a partir de 1970 ,com a extinção do IBRA e do INDA e, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A despeito disso, a questão relativa à política de colonização passou a ser apresentada pelo regime como substitiva da reforma agrária de caráter *estrutural* para uma reforma, simplesmente, *marginal* e, assim, tentou “frear” os movimentos sociais de luta pela terra.

Assim estruturada e posta em ação, a política agrária do período do regime-autoritário, foi responsável pela mais importante etapa do processo de ocupação de novas terra no território brasileiro. Essa política levou a uma mudança substancial no espaço agrário da fronteira na Amazônia, onde se destacou o estado de Rondônia.

A implementação progressiva, desse processo, em nível do estado de Rondônia esteve relacionado à dois fatores. O primeiro, diz respeito à consolidação da BR - 364 (Cuiabá-Porto Velho) em 1968, que permitiu a Rondônia a se articular ao Centro-Sul; e, o segundo, aos aspectos político-institucionais, isto é, apropriação de terras pelo o Estado através de legislações que estabeleceram que as áreas de fronteira pertenciam à União e as localizadas as margens das rodovias, no caso da Amazônia, ao INCRA, que passou administrá-las e foi responsável pela cessão dessas. Assim, o INCRA passou a ter o controle sobre as terras que serviram para implementação e operacionalização dos projetos de colonização agrícola. Entretanto, isso não ocorreu como previa o Estado, haja visto que o modelo de assentamento implementado inicialmente, onde ele assumiu todas as etapas de instalação e viabilização do projeto (seleção, assentamento, produção, comercialização e assistência técnica e social), teve um efeito-demonstração bastante significativo, e assim, atraiu um grande contingente de pessoas, que de modo espontâneo, se assentou com seus próprios meios, sendo que a posse só foi legitimada posteriormente pelo INCRA.

Ao longo da década dos setenta e até meados da dos oitenta foram implementados quatro diferentes tipos de assentamentos (PICs, PADs, AR e PA), distribuídos em vinte projetos fundiários distintos de colonização. Estes, responderam pelos assentamentos de 41,5 mil famílias, numa superfície de 4,35 milhões de hectares, e, representou um processo de 18% da superfície do estado de Rondônia. Além disso, a área apropriada em conjunto, nesse processo, representou em 1985, comparando com Censo Agropecuário, 72% da área total apropriada pelos estabelecimentos agropecuários naquela ano.

A dinâmica das transformações ocorridas, nesse processo, em Rondônia caracterizou-se como o da produção familiar na agricultura. As unidades familiares foram responsáveis, por exemplo em 1985, por 94% da demanda por recursos humanos gerado pelo setor agropecuário, em 59% da área apropriada pelo conjunto de todas unidades produtivas existentes em Rondônia. Com esses 59% das terras foram responsáveis por 88% do valor da produção, incluindo nesse total a produção animal e vegetal. Tal processo, esteve assentado não somente no cultivo de lavouras anuais, mas principalmente, por um lado, no incremento do cultivo de lavouras permanentes e, de outro, no aumento da área de pastagens para exploração com criação bovina⁵⁰.

Por final, esse processo de transformação ocorrido no espaço da fronteira na Amazônia Ocidental é apresentado, na maioria da literatura que trata deste tema, como um *fracasso*. Entretanto, um dos objetivos, deste ensaio, talvez aqui na forma, no mínimo, provocativa, foi o de apresentar como *êxito* o processo de ocupação de “novas terras” dentro do plano de ação do Estado, no período de 1964 a

⁵⁰ De um rebanho bovino de 770.531 reses existentes em 1985, em Rondônia, 439.928 (57%) encontrava-se como criação das unidades produtivas familiares.

1985. Acredito ter alcançado este objetivo, pois como demonstrei ao longo de ensaio, todo esse processo gerou um novo espaço para a reprodução agricultura familiar de outras regiões do País na fronteira agrícola da Amazônia Ocidental, com novas formas de exploração. Além disso, tal fenômeno produziu mudanças substanciais no espaço agrário desse território, particularmente, no que se refere à dinâmica da distribuição do fator terra, à utilização delas, à demanda por mão-de-obra e, à distribuição dos fatores de produção e à origem dela.

Referências

- ASTORI, Danilo. *Controvérsias sobre el agro latinoamericano: un análisis crítico*. CLACSO, Montevideo, 1995.
- BASTOS, Elide R. *As Ligas Camponesas*. Vozes, Petrópolis, 1984.
- BECKER, Bertha K. "Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito". In: BECKER, B. K., MIRANDA, M. H. P. de. & MACHADO, L. O. (Orgs.). *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília; Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. p. 147-164.
- CARDOSO, Fernando H. & MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. Brasiliense, São Paulo, 1978.
- CASTRO, Antônio B. de. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil". In: *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. v. 1, 2ª edição. Forense, Rio de Janeiro, 1972.
- COY, Martin. "Rondônia: Frente Pinoneira e Programa Plonoroeste. O Processo de Diferenciação Sócio-Econômica na Periferia e os Limites do Planejamento Público". In: *Homem e Natureza na Amazônia/Hombre y Naturaleza en la Amazonía*. Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerika-Forschung, n. 3, 1987, p. 253-270.
- DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Ícone, Campinas, 1985.
- FEARNSIDE, Philip M. *A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento*. Assessoria Editorial e Divulgação Científica, Brasília, 1989. (Relatório de Pesquisa, 5).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário do Brasil - 1970*. IBGE, Rio de Janeiro, 1974.
- . *Censo Agropecuário do Território de Rondônia - 1970*. IBGE, Rio de Janeiro, 1974.
- . *Censo Agropecuário do Território de Rondônia - 1975*. IBGE, Rio de Janeiro, 1979.
- . *Censo Agropecuário do Território de Rondônia - 1980*. IBGE, Rio de Janeiro, 1983.
- . *Censo Agropecuário do Brasil - 1985*. IBGE, Rio de Janeiro, 1990.
- . *Censo Agropecuário do Estado de Rondônia - 1985*. IBGE, Rio de Janeiro, 1990.
- . *Censo Demográfico do Estado de Rondônia - 1991*. IBGE, Rio de Janeiro, 1994.
- . *Censo Demográfico do Brasil - 1991*. IBGE, Rio de Janeiro, 1994.
- . *Anuário Estatístico do Brasil - 1982*. IBGE, Rio de Janeiro, 1983.
- . *Anuário Estatístico do Brasil - 1987*. IBGE, Rio de Janeiro, 1989.
- . *Anuário Estatístico do Brasil - 1990*. IBGE, Rio de Janeiro, 1992.
- GARCIA, Álvaro A. "Financiamento à agricultura: o impasse continua". *Análise conjuntural*. Porto Alegre, vol. 17, n I, p. 115-122, Julho, 1989.
- GASQUEZ, José G. & YOKOMIZO, Cláudio. "Avaliação dos Incentivos Fiscais da Amazônia" In: DELGADO, G. C., GASQUEZ, J. G. & VILLA VERDE, C. M. (Orgs.). *Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA, Rio de Janeiro: 1990. P.279-328.

GOLDIN, Ian & REZENDE, Gervásio. *Agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. IPEA, Brasília, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. Hucitec, São Paulo: 1981.

---. "O 'bóia-fria' entre aspas e com os pingos nos is". In: CNPq-UNESP. *A mão-de-obra volante na agricultura*. POLIS, São Paulo: 1982.

---. *A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1982a.

---. *Progresso técnico e emprego no setor agrícola*. I.E. - UNICAMP, Campinas, 1987. (Mimeografado).

---. "A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna". *Revista de Economia e Sociologia Rural - SOBER*. v. 3, n. 27, p. 309-325. jul-ago. de 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. et. al. *Estimativas do emprego agrícola a partir dos coeficientes técnicos por produto; Brasil, 1984-87*. I.E. - UNICAMP, Campinas, 1989. (Mimeografado).

GRAZIANO DA SILVA, J. F. & KAGEYAMA, Angela A. "A produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil". In: *Anais do seminário sobre Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e perspectivas*. UFPR, Curitiba (PR), agosto de 1989. P. 153-177.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questões agrárias e ecológicas; crítica da moderna agricultura*. São Paulo Brasiliense, 1986.

GUEDES PINTO, Luís C. "Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no Período de 1964-1994". *Reforma Agrária*. v. 25, n. 1, p. 65-92, jan-abr. de 1995.

HALL, Anthony L. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1991.

HÉBETTE, Jean. Coordenador. *Amazônia no processo de integração nacional*. NAEA/FIPAM-UFPA, Belém, 1974. (Coleção NAEA/FIPAM).

HÉBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa E. *O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes-Rondônia*. NAEA-UFPA, Belém, 1982. (Série Seminários e Debates, n. 9).

HOFFMANN, Rodolf. "Distribuição da renda no setor primário da economia brasileira em 1970 e 1980". *Reforma Agrária*. v. 12, n. 4, p. 17/34, jul-ago. de 1982.

---. "Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960-1980". *Reforma Agrária*. Vol. 12, nº 06, p. 17-34, nov-dez. de 1982a.

---. "A distribuição da posse da terra no Brasil em 1980 e 1985". *Reforma Agrária* vol. 17, n 2, p.56-63, ago/nov. 1987.

---. "Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira". In: DELGADO, G. C., GASQUEZ, J. G. & VILLA VERDE, C. M. (Orgs.). *Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA, Rio de Janeiro: 1990. p. 3-111.

HOFFMANN, Rodolf & KAGEYAMA, Angela A. "Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 15, n. 1, p. 171-208, abr. de 1985.

HOFFMANN, Rodolf & KASSOUF, Ana L. "Modernização e desigualdade na agricultura brasileira". *Revista Brasileira de Economia*. v. 43, n. 2, p. 273-303, abr-jun. de 1989.

- KAGEYAMA, Angela A. & GRAZIANO DA SILVA, José. " O resultado da modernização agrícola dos anos 70." *Estudos econômicos*, V. 13, nº 03, p. 533-559, set-dez de 1983.
- KITAMURA, Paulo C. *Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem para as questões ambientais da Amazônia*. Campinas: Curso de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1994. Tese (Doutorado em Economia).
- LEITE, Sérgio. "Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora". *Reforma Agrária*, v. 25, n. 1, p. 137-152, jan-abr. de 1995.
- MACHADO, Lia. "A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira". *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54, n. 2, p. 27-55, abr-jun. 1992.
- MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico na Amazônia*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1978.
- . "As Políticas Governamentais e o Desmatamento na Região Amazônica do Brasil". In: *Amazônia Adeus*. BOLOGNA, Gianfranco (Org.): Tradução de Raffaella de Filippis. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1990, p. 69-131.
- MARTINE, George. "Migração e Absorção Populacional no Trópico Úmido". In: *Seminário sobre Tecnologias para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido*. IPEA/CEPAL (Orgs.). Manaus (AM), abril de 1987. (Trabalho Apresentado no Seminário).
- . *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. IPEA/IPLAN, Brasília, 1989. (Texto para discussão nº 15).
- . "Rondônia and the Fate of Small Producers". In: *The Future of Amazonia*. GOODMAN, D. & HALL, A. (Orgs.). Mac Millian, London, 1990, p. 23-48.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. *Historia dos movimentos sociais no campo*. FASE, Rio de Janeiro, 1989.
- MIRANDA, Mariana H. P. de. "Colonização e reforma agrária". In: BECKER, B. K., MIRANDA, M. H. P. de. & MACHADO, L. O. (Orgs.). *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília; Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. p. 63-74.
- MORAN, Emílio F. *Developing the Amazon*. Indiana University Press, Bloomington, 1981.
- MOREIRA, Roberto J. "A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80". *Reforma Agrária*, v. 12, n. 6, p. 3-16, nov-dez de 1982.
- MUELLER, Charles Curt. "El Estado y la Expansion de la Frontera agricola en la Amazonia". In: CEPAL/PNUMA (Coords.). *Expansion de la Frontera Agropecuaria y Medio Ambiente en America Latina*. Naciones Unidas-CIFCA, 1983. p. 37-78.
- . "Políticas Governamentais e a Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste". *Planejamento e Políticas Públicas*. IPEA, Brasília, n. 3, p. 45-74, 1990.
- . *Dinâmica, Condicionantes e Impactos Socio-Ambientais da Evolução da Fronteira Agrícola no Brasil*. Instituto SPN, Brasília, jan. de 1992. (Documento de Trabalho número 7).
- MÜLLER, Geraldo. "Agricultura e industrialização no campo". *Revista de Economia Política*, v. 2, n. 2, p. 47-77, abr-jun de 1982.
- . *A dinâmica da agricultura paulista*. SEADE, São Paulo, 1985. v.2 (série São Paulo, 80).

---. “Ambivalência da modernização agrária”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, p.168-184, jul. De 1988.

OZÓRIO DE ALMEIDA, Anna L. *Colonização Dirigida na Amazônia*. IPEA, Rio de Janeiro, 1992.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*. PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Ivan. “Agricultura, agonia da modernização”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 3, p. 54-63, nov. De 1983.

---. “Agricultura e capitalismo no campo”. *Presença*, n. 11, p. 54-71, jan. De 1988.

REYDON, Bastiaan P. & HERBERS, Raul G. “Política Governamental para a Agropecuária na Amazônia e Degradação do Meio Ambiente”. *Reforma Agrária*. Ano 19, n. 1, p. 42-51, abr-jul. de 1989.

REZENDE, Gervásio C. “Controvérsias de economia agrícola: uma revisão crítica”. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia*. ANPEC, Fortaleza (CE), 1989, p. 1717-1752.

REZENDE LOPES, Mauro de. “A modernização dos instrumentos de Estado e Lei Agrícola”. In: *Anais do seminário sobre Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e perspectivas*. UFPR, Curitiba (PR), agosto de 1989, p. 59-79.

RONDÔNIA: Problemas Agrários. *Reforma Agrária*. Ano 18, n. 3, p. 69-87, dez. de 1988 a mar. de 1989.

SAMPAIO, Plínio de A. & GRAZIANO DA SILVA, J. “A questão agrária no Brasil: o que realmente mudou nos anos 80/85? *Reforma Agrária*, v.17, n. 3, p. 11-19, dez. 1987- mar. 1988.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes sociais na agricultura brasileira*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. “Análise crítica das políticas para o setor agropecuário”. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil n.º 2 - ensaios sobre a crise*. 2ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1983.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. “Depois da Constituinte a colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira?”. *Reforma Agrária*, Ano 18, n. 2, p. 36-51, ago-nov. de 1988.

---. *Matuchos, exclusão e luta*. Vozes, Petrópolis, 1993.

---. “Colonização de Novas Terras: A Continuidade de uma forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República”. *Reforma Agrária*. v. 25, n. 1, p. 39-64, jan-abr. de 1995.

VASSALLO, Miguel A. “Las estrategias de desarrollo rural en America Latina y la busqueda de los nuevos paradigmas”. In: *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Ilheus (BA), SOBER, agosto de 1993. Volume I, p. 161-176.

WORLD BANK. *Brazil: An analysis of environmental problems in the Amazon*. WORLD BANK, Washington, 1992.